

Ministro leva aos credores nova versão do seu plano econômico

BETH CATALDO
Enviada Especial

WASHINGTON — O Governo brasileiro entregou ao comitê de bancos credores da dívida externa, ontem, uma nova versão do Plano de Controle Macroeconômico, com a qual se compromete a obter registrar um superávit de US\$ 9,7 bilhões na balança comercial, ainda neste ano, o que significa um aumento de US\$ 1,1 bilhão em relação à estimativa anterior de US\$ 8,6 bilhões.

O documento fixa como objetivo para este ano a acumulação de reservas internacionais equivalentes ao volume registrado em dezembro do ano passado, quando o País dispunha de US\$ 4,585 bilhões em caixa. Isto implica aumentar em US\$ 1,6 a estimativa de exportação para este ano, que passa a ser de US\$ 24,7 bilhões. Do lado das importações, foi aumentada em US\$ 500 milhões a meta inicial de US\$ 14,5 bilhões. O Governo brasileiro se compromete a executar uma política de taxas cambiais adequadas e a conter o consumo, além de executar uma política monetária restritiva, para conter a inflação.

Também foram alteradas, na nova versão do Plano de

Controle, as projeções relacionadas aos financiamentos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) previstos para este ano. No caso do Bird, reduziu-se a expectativa de ingresso de recursos de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 1 bilhão, enquanto os recursos esperados do BID em 1987 são, agora, da ordem de US\$ 300 milhões — uma redução de US\$ 80 milhões em relação à estimativa original.

O Governo brasileiro se compromete, ainda, a realizar uma ampla revisão dos incentivos fiscais, assim como a promover uma reforma tributária progressiva e instituir cortes no déficit público. O objetivo apresentado pela equipe econômica brasileira é o de demonstrar a possibilidade de compatibilizar o crescimento econômico sem estrangulamentos no balanço de pagamentos e sem pressões na taxa de inflação interna.

O texto recheado de tabelas e gráficos, inclui ainda a observação de que as transferências de recursos ao exterior neste ano custará ao País, cerca de 2,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em comparação a 2,3% do PIB transferidos no ano passado.